

POR UMA CULTURA DE DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA PÚBLICA

Fabício Borges Carrijo

Aluno do 3º ano do Curso de Relações Internacionais da FHDSS da UNESP/Franca e bolsista do Projeto “Agente tem fome de quê? :A nova agenda internacional em debate na escola pública”

RESUMO: No presente trabalho analisa-se o vigente sistema educacional brasileiro. Aponta-se como alternativa a prática de uma educação libertadora e comprometida com o respeito à dignidade humana, realizada por meio de uma Educação Cidadã, a qual, mediante o dialogismo, a incitação ao questionamento e ao reconhecimento do *outro*, possibilita ao educando uma visão crítica da realidade e a consciência de seu existir como agente transformador da sociedade. Envolto em uma nova ética social, o indivíduo faz das diversas esferas do convívio social, prática da luta por e pelos direitos do cidadão. O projeto “A gente tem fome de quê? : a Nova Agenda Internacional em debate na escola pública” é apontado como exemplo da viabilidade de aplicação das idéias aqui defendidas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Cidadania; Núcleo de ensino.

INTRODUÇÃO

É sabido que as escolas públicas contam com orçamento vergonhoso, muitas vezes insuficiente para arcar com as despesas básicas tais quais o pagamento de conta de luz, água, o que se dirá então da verba para execução de projetos a fim de melhorar o ensino. No entanto, buscar-se-á com as seguintes palavras demonstrar que é possível lograr mudanças marcantes na educação por meio de uma prática para a cidadania, força de vontade e mudança de atitude de docentes e discentes.

Não constitui novidade a má remuneração dos professores da rede pública de ensino. É lamentável que tão nobre ofício receba tão pouco reconhecimento perante a sociedade e principalmente em relação aos governantes, os quais se gabam perante o público – diga-se eleitores em potencial – pela construção de escola, ao mesmo tempo em que omitem o descaso para com o fogo que fornece luz e calor às frias paredes de concreto.

O ínfimo valor pago por aula ministrada leva o docente a um excesso de carga horária para poder, ao menos, ter um salário suficiente para arcar com suas despesas básicas. Nos termos da constituição de 1988, em seu artigo 7º, III, todo trabalhador tem direito a um salário mínimo capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes que lhe preservem o poder aquisitivo. Muitos acabam tendo que proferir aulas durante três turnos diários por cinco dias na semana. O cansaço e esgotamento do profissional em questão são conseqüências quase inevitáveis. A atividade de professor vai muito além do período em que se encontra dentro da sala de aula. Existem reuniões pedagógicas e por detrás de cada aula, há – ao menos, deveria haver – todo um trabalho de pesquisa sobre determinado tema, além da análise da melhor forma para instigar o aluno à reflexão, e promover seu aprendizado. Diante da já referida exacerbada carga horária, como o professor atualiza seus conhecimentos, participa de Congressos, pesquisa e com isso, constrói algo novo?

Não obstante, as escolas em inúmeros casos deixaram de ser um reduto propagador de conhecimento para exercer o papel de desfile de moda, boca de

fumo e comércio de drogas, ponto de encontro de jovens reificados, para os quais sua permanência em tal instituição se resume à necessidade de possuir um diploma do Ensino Médio para conseguir emprego, e para alguns, ser aprovado no Vestibular. Ao professor passa a ser exigido que além de educador, exerça a tarefa de psicólogo, assistente social, pai, mãe etc. Constitui a escola um microcosmo do mundo, cujas debilidades como a violência, intolerância e desigualdade adentraram por seus muros. O medo torna-se uma constante durante a permanência do professor na escola, o qual em casos extremados, por vezes, chega a receber ameaças de discentes, devendo assim, resguardar suas palavras para não ser agredido.

A implantação irresponsável do “sistema de avaliação seriada” veio a agravar ainda mais a situação de uma educação decadente. Como resultado, mediante a aprovação garantida, encontram-se alunos já em séries avançadas, conquanto, incapazes de ler e interpretar um texto. Novamente, via dados estatísticos, propaga-se que os níveis de reprovação têm diminuído drasticamente, numa tentativa de difundir a ilusão de que o ensino melhorou e os estudantes estão aprendendo cada vez mais. Tal melhora é visível, no entanto, nas escolas particulares – acessível a poucos –, cada vez mais equipadas com as inovações tecnológicas, preparando seus estudantes de forma diferenciada para sobreviverem no apartheid social entre os que têm acesso à educação de qualidade – na maior parte das vezes técnica, mas que possibilita aprovação no vestibular – e os excluídos.

Professores cansados e desiludidos concomitantes com alunos desinteressados constituem a combinação ideal para uma educação cárcere, na qual não há questionamento, e sim aceitação cega da vigente “identidade de mercado” e manutenção da desigualdade social.

Faz-se presente a ótica segundo a qual seria muito mais vantajoso compartilhar com a atuação de inúmeros colegas que se preocupam apenas em expor aos alunos determinada matéria contida no “programa”, da mesma forma como fazem há vários anos, ou seja, através de um ensino compartimentado, sem a mínima inquietação tanto em pesquisar, obter novos conhecimentos, quanto em proporcionar aos discentes uma visão sistêmica, crítica e questionadora da realidade. Nestes instantes, há sempre colegas professores a proferirem as

máximas “não adianta fazer nada, esse mundo já está perdido, do que adianta você tentar fazer com que estes alunos reflitam, se ao chegarem em casa, diante da televisão, todo seu trabalho será apagado, e portanto, você estará se esforçando em vão.”, “dê sua aula, no final do mês receba seu pagamento, e pronto, nada de querer ficar tentando mudar o mundo.”

As dificuldades enfrentadas pelo sistema educacional público brasileiro não justificam a inércia e o comodismo do corpo docente. É imprescindível a conscientização por parte dos docentes de seu imensurável poder como transformadores sociais. Resultados marcantes podem ser observados com a mudança de atitude, exemplo de tal fato é o projeto “A gente tem fome de quê: a agenda internacional em debate na escola pública”.

É fato a exagerada quantidade de informações a serem transmitidas aos alunos, muitas das quais inúteis. Aquele é obrigado a aprender, ou melhor, decorar, como é sistema excretor dos anelídios, a presença de glândulas coxais nos aracnídeos, uma infinidade de fórmulas matemáticas e intermináveis cadeias de hidrocarbonetos e suas reações. Tudo isso logo cai no esquecimento. Qual a razão em aprender, no ensino médio, função logarítmica exponencial? O leitor, por acaso, ao redigir uma oração se questiona se esta é subordinada substantiva objetiva indireta ou subordinada substantiva completiva nominal? “Será que a aprendizagem dos programas oficiais corresponde ao ideal de uma boa educação?”¹

É premente mudar a vigente, conforme escreveu Paulo Freire, “educação bancária”, através da qual o aluno constitui o depositário e o professor depositante, ou seja, este, na condição de sujeito, deposita informações no objeto (educando). Espera-se que o aluno devore tamanho conjunto de conteúdo. No entanto, este compreende um amontoado de abstrações, sem significado para aquele. As abstrações, segundo Rubem Alves, “não são objetos erotizantes, isto é, elas não têm poder, por si mesmas, de provocar o pensamento.”² A escola não leva em consideração os saberes que o estudante já tem. Desse modo, há um hiato imenso entre o que se ensina na escola e a realidade na qual o discente vive.

¹ ALVES, Rubem. *Por uma educação romântica*. 2.ed. Campinas, SP: Papirus, 2002. p. 31.

² ALVES, Rubem e DIMENSTEIN, Gilberto. *Fomos maus alunos*. 3.ed. Campinas, SP: Papirus, 2003. p. 101.

A forma pela qual tem-se tentado ensinar, além de pouco eficiente, corta as asas daqueles alunos que desejam voar, ou seja, a maneira monótona e pouco didática como se transmite a informação desestimula o aluno a aprender pois não fomenta sua curiosidade. Além disso, o sistema de ensino brasileiro tem formado indivíduos que receberam (nem sempre aprenderam) grande quantidade de informações (muitas das quais inúteis) e são incapazes tanto de refletir como de inter-relacioná-las. Os alunos estudam para passar no Vestibular. Este, ao exigir conhecimentos extremamente específicos, determina o conteúdo a ser ensinado nas escolas. Destarte, ingressam nas universidades indivíduos acostumados a “uma resposta certa” para tudo, cujas massas encefálicas não foram exercitadas para o questionamento e a análises de diferentes possibilidades. Posteriormente, entram no mercado de trabalho na condição de técnicos e não como mentes pensantes.³

Pratica-se uma educação a qual encara a realidade como estática, alheia em relação ao educando, e portanto, vista como imutável. Concebem-se os seres humanos como vazios e unidimensionais, confinados entre as paredes institucionais a serem domesticados à percepção de que constituem meros coadjuvantes no sistema social no qual encontram-se inseridos.

Para ocorrer o aprendizado é necessário a identificação do aluno com o objeto de estudo. Este por sua vez, deve ter significado na vida daquele, sob pena de se passar longos anos na escola e ao cabo perceber a ínfima quantidade de conhecimento retido.

A escola deve buscar o despertar da curiosidade no aluno. Gilberto Dimenstein propõe que a escola deve ser casa de dúvidas, curiosidade, de sonhos...⁴ Cabe à escola deixar a prática de um confinamento alienante e constituir um ambiente de promoção do respeito à dignidade humana e ao “outro”. Que no lugar de hipocrisia haja libertação.

EDUCAÇÃO E CIDADANIA

É dever do Estado garantir educação à sua população. Portanto, a referida pessoa jurídica de Direito Público, nos termos do artigo 205 da Magna Carta tem a

³ Ibid.p.62

⁴ ALVES, Rubem. *Por uma educação romântica*. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002. p. 36.

responsabilidade de visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Cidadania... vocábulo em voga, embora pouco compreendido em sua plenitude. Frequentemente a cidadania é associada à prática do voto. Votar em determinado candidato político durante as eleições constitui o exercício de uma cidadania passiva insuficiente. Não basta comparecer às urnas a cada dois anos, seja para escolher presidente, senador, deputado, seja no âmbito municipal para escolher prefeito e vereadores. Que cidadania é esta quando se depara com significativa parcela da população a qual não se recorda dos candidatos pelos quais votou nas últimas eleições? Conforme Leonardo Boff, “Entendemos por cidadania o processo histórico-social que capacita a massa humana a forjar condições de consciência, de organização e de elaboração de um projeto e de práticas no sentido de deixar de ser massa e de passar a ser povo, como sujeito histórico plasmador de seu próprio destino. O grande desafio histórico é certamente este: como fazer das massas anônimas, deserdadas e manipuláveis um povo brasileiro de cidadãos conscientes e organizados. É o propósito da cidadania como processo político-social e cultural.”⁵ Para Pedro Demo, “o contrário significa a condição de massa de manobra, de periferia, de marginalização.”⁶

A prática cidadã prescinde, como pressupostos básicos, a existência de direitos e deveres, seu conhecimento e a legitimidade para reivindicá-los, além de uma revolução subjetiva por parte da sociedade.

O povo deve deixar sua condição a qual lhes é imposta de mero coadjuvante e atuar como agente de transformação social. Isto demanda a transposição do comodismo e do individualismo propagados pela ótica do capital, fato que se dá através de uma revolução subjetiva. Instante em que ao olhar no espelho, o indivíduo visualiza sua própria imagem e toma consciência da realidade, até então maculada, ao seu redor. Liberto e envolto em uma nova ética social, faz das diversas esferas do convívio social, prática da luta por e pelos direitos do cidadão, para que “o cotidiano se transforme historicamente.”⁷

⁵ BOFF, Leonardo. *Depois de 500 anos: que Brasil queremos?* Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 51.

⁶ DEMO, Pedro. *Cidadania Menor: algumas indicações quantitativas de nossa pobreza política*. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 17.

⁷ COVRE, Maria de Lourdes Manzini de. *O que é cidadania?* 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 73.

Não há cidadania sem reivindicação. Exercer a cidadania ativa compreende a consciência dos direitos e deveres inerentes aos cidadãos e a atuação junto à sociedade em busca de efetivá-los. Cabe lutar para que as normas não sejam meros adornos requintados presentes em códigos frios e sim meios de atingir a coexistência social e conseqüentemente a justiça. Para isso, o Direito deve atender aos anseios da sociedade, cuja dinamicidade lhe é peculiar. Logo, ao cidadão não basta a pugna para a realização dos direitos e deveres, também é preciso que constitua um “criador de direitos para abrir espaço de participação.”⁸

O exercício da cidadania inicia-se com atitudes cotidianas aparentemente banais. O simples ato de jogar lixo no lixo, já constitui importante exercício cidadão. É deplorável observar a comum cena de passageiros e/ou motoristas atirarem lixo da janela de seus veículos. Há aqueles que o fazem em plena rodovia, despejando latas de cerveja/refrigerante com o carro em alta velocidade, colocando em risco as vidas presentes naqueles veículos que se encontram logo atrás. As praias também compõem explícito exemplo da ausência de cidadania. Caminhar pela areia durante a alvorada pode ser trabalhoso e nojento pela necessidade de se desviar do lixo devolvido pelo mar ao longo da noite, juntamente com aquele deixado na areia por seus visitantes do dia anterior. E tão difícil assim, levar no carro e para a praia uma sacola plástica, onde o lixo produzido possa ser depositado e posteriormente colocado em local apropriado? Ou então, quando se está na rua, após consumir algo, reter a embalagem até chegar a um cesto de lixo?

O egoísmo, a falta de respeito para com o próximo, presente nas atitudes acima retratadas compreendem uma problemática vista sob uma perspectiva “micro”. No entanto, ao elevarmos ao âmbito “macro”, torna-se mais palpável as conseqüências da prática não cidadã. Dentro da mesma temática, empresas lançam nos rios resíduos altamente tóxicos, os quais poluem a água, desestruturam a cadeia alimentar daquele ambiente, provocam doenças na população etc. O mesmo se constata em relação à emissão de gases poluentes oriundos de indústrias e veículos motorizados, fato que tem provocado notável aquecimento global, derretimento das calotas polares, efeito estufa, aumento da camada de ozônio, além de imensuráveis danos à saúde da população. O curioso é que os grandes

⁸ AQUINO. Ética na escola: a diferença que faz a diferença. In: AQUINO (Org.). Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas.

responsáveis por tais atitudes que tem colocado em risco a própria existência terrena são justamente as potências mundiais, cuja ânsia em reproduzir suas riquezas está acima da necessidade da manutenção da nossa espécie.

Observa-se assim a importância da prática cidadã tanto a nível local quanto global. Localmente, há inúmeras maneiras de atuar como cidadão. Na escola, ao participar de grêmios, debater problemas da instituição, propor soluções; no trabalho, ao exigir o cumprimento das leis trabalhistas, melhores condições de trabalho, participar de sindicatos etc; no seio familiar, levar o diálogo para dentro de casa – muitas vezes suprimido em prol da TV –, levar o debate, o esclarecimento, a esperança quanto à possibilidade de mudança social; no bairro, participar de associações de moradores e centros comunitários, e reivindicar junto ao município o cumprimento de suas obrigações.

A “questão da cidadania é uma problemática inerente a um povo. É esse povo que bem conhece suas carências, deficiências, necessidades etc. É também esse povo que possui as condições para a transformação de sua condição, o que no entanto, não se consegue sem a organização da sociedade civil, sem a mobilização das comunidades, sem a conscientização dos grupos minoritários, sem adesão das mentalidades ao projeto social que pode transformar o cotidiano. Isso se torna ainda mais importante de ser destacado, grifado e impresso na mentalidade de um povo, na medida em que se instala nas mentalidades coletivas certa decepção com os paradigmas e as promessas modernas, que geraram apatia e abdicação do compromisso com os ideais sociais básicos de estruturação de nosso meio.”⁹

No final da década de 80, observou-se o crescimento de atividades relacionadas ao terceiro setor. “Compreende terceiro setor todas as atividades que não fazem parte da máquina estatal, não visam ao lucro e não se afirmam com discurso ideológico, mas sim sobre questões específicas da organização social.”¹⁰ Destaca-se o surgimento das Organizações Não Governamentais (ONGs), que atualmente estendem suas atividades por diversos campos da experiência social, tais quais: fomento à participação no poder local, economia solidária e microcrédito, educação e cultura, saúde e meio ambiente, relações de gênero, apoio aos

⁹ BITTAR, Eduardo C. B. Ética, educação, cidadania e direitos humanos: estudos filosóficos entre cosmopolitismo e responsabilidade social. Barueri, SP: Manole, 2004. p.12.

¹⁰ PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi. História da cidadania. 2003, p. 565.

movimentos sociais, defesa dos direitos humanos, controle cidadão de políticas públicas e convenções internacionais etc.

O terceiro setor tem constituído importante meio de integração da população em prol da luta em alterar o vigente quadro de mazelas sociais. Ao atuar nas diversas esferas sociais, as ONGs, os movimentos sociais, centros comunitários, entre outros, proporcionam voz àqueles cujas bocas são caladas pela mordida da exclusão social. Com efeito, atuam como significativo instrumento reivindicatório ao levar ao público as consequências nefastas da ineficiência e do descaso Estatal perante o povo.

“Um povo que conhece os seus direitos é um povo que não se deixa vergar. A cada golpe, quando menos se espera, torna a levantar-se. Lamentavelmente, a maioria das pobres gentes encontra-se magnificamente distanciada dessa sonhada realidade”¹¹

Se o exercício da cidadania exige a tomada de consciência do ser humano como sujeito histórico, conhecedor de sua potencialidade transformadora e dos meios para reivindicá-la, como esperar a realização da cidadania no seio de uma sociedade marcada por desigualdades sociais e alienação? Como esperar mudanças sociais onde a dominação do capital se dá de forma sutil e perversa? A alternativa para buscar solucionar difícil dilema se encontra na prática de uma educação libertadora e comprometida com o respeito à dignidade humana. Isto pode ser evidenciado através de uma Educação Cidadã.

EDUCAÇÃO CIDADÃ

Pensar a questão educacional requer elevar o pensamento quanto à ética. Conforme afirma Bittar, “a ética deve ser uma atitude reflexiva de vida, algo impregnado à dimensão da razão deliberativa, em constante confronto com as inquições, dificuldades, os desafios e problemas inerentes à existência em si.”¹² Prossegue o mesmo autor, “dessa forma é que não existe ética fora da prática, e nem maturidade ética fora de uma atenciosa atitude de pensar e repensar o mundo das ocorrências intersubjetivas, sempre prevista na dimensão da ação a

¹¹ BALESTRERI, Ricardo Brizolla. *O que é “educar para a cidadania”*. In: Apresentação. p. 6.

¹² BITTAR, Eduardo C. B. *Ética, educação, cidadania e direitos humanos: estudos filosóficos entre cosmopolitismo e responsabilidade social*. Barueri, SP: Manole, 2004. p. 4.

possibilidade/admissibilidade do erro/engano. Só se aprende agindo, só se age testando o mundo, só se aprende errando, só se constrói decidindo e, neste permanente processo, o crescimento ético-reflexivo facilita os modos pelos quais as interações humanas se engrandecem. Não há ética fora do imperativo da ação/decisão:

‘Precisamos tomar nossa própria decisão. A crenças e costumes sob os quais nos criaram podem exercer uma influência sobre nós, mas quando começamos a refletir sobre eles podemos nos decidir a acatá-los ou a agir à sua revelia.’”¹³

A humanidade passa por uma crise ética. “A existência, portanto, tem sido marcada por um profundo processo de dilaceração da consciência da importância/necessidade do outro (*alter*) para construção do eu (*ego*)”¹⁴ A conduta humana tem sido orientada a possuir apenas o eu (*ego*) no campo de visão. O “outro” torna-se desnecessário e até mesmo indesejado, por constituir um empecilho na busca pela realização pessoal. Depara-se assim com a superficialidade e fragmentação do convívio social característico da pós-modernidade. As relações intersubjetivas, marcadas pelo estranhamento, e não reconhecimento do “outro”, constituem ambiente fértil para a exasperação da intolerância, conflitos e manutenção das iniquidades sociais vigentes.

“Os pressupostos que têm orientado a formação das consciências, presentes nas falas espargidas em sociedade, atualmente, e que, portanto, influenciam e determinam as ações individuais/coletivas são marcadas pelos seguintes discursos, que são verdadeiros imperativos contra-éticos:

1. ‘Você deve concorrer e ser vencedor, preferencialmente o melhor, eliminando os demais’;
2. ‘Você deve agir segundo os seus interesses individuais, pois nunca compensa pensar nos interesses alheios’;
3. ‘Você deve tomar cuidado com estranhos, desconhecidos e não identificados’;
4. ‘Você deve lutar muito para se afirmar em sociedade
5. ‘Você deve se relacionar somente com gente fina’;
6. ‘Você deve ter dinheiro para ter liberdade de fazer o que quiser’;
7. ‘Você deve se adequar ao mercado de trabalho cada vez mais competitivo’;
8. ‘Nesta sociedade, só vencem os melhores’ etc”¹⁵

¹³ ibidem. p. 4 e 5.

¹⁴ Ibidem. p. 7

¹⁵ Ibidem. p. 7 e 8

Neste ínterim, sustenta Paulo Freire que “educadores e educandos não podem na verdade, escapar à rigorosidade ética. Mas é preciso deixar claro que a ética de que falo não é a ética menor, restrita, do mercado, que se curva obediente aos interesses do lucro. ... Falo, pelo contrário, da ética universal do ser humano. Da ética que condena o cinismo do discurso citado acima, que condena a exploração da força de trabalho do ser humano, que condena acusar por ouvir dizer, afirmar que alguém falou A sabendo que foi dito B, falsear a verdadeira, iludir o incauto, golpear a frações o indefeso, soterrar o sonho e a utopia, prometer sabendo que não cumprirá a promessa, testemunhar mentirosamente, falar mal dos outros pelo gosto de falar mal. A ética de que falo é a que se sabe traída e negada nos comportamentos grosseiramente imorais como na perversão hipócrita da *pureza em puritanismo*. A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça , gênero e classe. É por essa ética inseparável da prática educativa que devemos lutar, não importa se trabalhamos com crianças, jovens, ou com adultos. A melhor maneira de por ela lutar é vivenciá-la em nossa prática, é testemunhá-la, vivaz, aos educandos em nossas relações com eles.”¹⁶

Traçados alguns apontamentos acerca da relação entre educação e ética, cabe agora buscar compreender em que consiste a educação para a cidadania:

“1º – É educar para o reconhecimento dessa condição de direitos e deveres inerentes, que carregamos dentro de nós pelo simples fato de sermos gente, de qualquer raça, de qualquer credo, de qualquer nação, de qualquer estrato social;

2º – É educar para reconhecer e respeitar as diferenças no plano individual e para combater os preconceitos, as discriminações ,as ofensivas disparidades e privilégios no plano social;

3º – É educar cada um para a fé no próprio potencial, como agente de transformação qualitativa da própria vida e do mundo onde está inserido;

4º – É educar para a fraternidade, para o sentido social da vida, sem jamais roubar, com isto, a singularidade de cada parte do todo, de cada projeto, de cada contribuição;

5º – É educar para a luta pacífica, mas encarniçada , contra todo o sistema, contra toda a estrutura que negue a quem quer que seja o direito a de ser cidadão. Enquanto houver na terra um só sem posse plena desse ‘status’, os demais só se justificam pela luta.”¹⁷

¹⁶ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 1996. p. 16-18.

¹⁷ BALESTRERI, Ricardo Brisolla. *O que é “educar para a cidadania”*. In *Educando para a cidadania: os direitos humanos no currículo escolar*. p.10.

A educação cidadã rompe com o autoritarismo das relações verticais existentes entre educadores e educandos, exercido através da educação bancária. Isto não significa perda da autoridade por parte do professor e a defesa de um ambiente anárquico dentro da sala de aula. O que se objetiva é traspasar a condição do educando como mero objeto depositário de informação, passivo, acrítico, alienado e inerte para a situação de sujeito histórico e transformador de uma realidade social opressora. A figura do educador deixa a qualidade de ser detentor das verdades absolutas e inquestionáveis, e passa para a de orientador na construção conjunta do conhecimento.

A realização da educação cidadã há de fazer-se presente nas instituições de ensino como prática diária, a fim de não cair no conjunto de fórmulas vazias cominadas com a prática da hipocrisia, caracterizadoras do sistema educacional brasileiro. Assim, nada adianta o docente o qual discorre sobre a igualdade e justiça em oposição aos governos totalitários, avassaladores da liberdade e instigadores da intolerância, se em suas relações com o educando – tomado pela síndrome do pequeno poder – inibe qualquer questionamento às suas exposições. No lugar de dialogismo e reflexão crítica, condiciona os discentes à subserviência, coisificando-os.

“Não se educa para a cidadania derramando retórica academicista – ainda que com pretensões a crítico-científica – sobre alunos objetos, passivos, despersonalizados, sem espaço para a liberdade (que continua sendo sempre a liberdade de discordar), coletores de informações, repetidores de elaborações e análises alheias, alienados de qualquer auto-conceito. Se a oratória é unilateral, se os textos são direcionados e inquestionáveis, se o aprendizado foi reduzido a testes e provas, se a avaliação tornou-se uma pobre medição da memória, não há educação para a cidadania. Não há sequer educação.”¹⁸

Dessa forma, a postura entre professores e alunos deve ser “dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve. O que importa é que os alunos se assumam epistemologicamente curiosos.”¹⁹

Como afirma Bittar, “educar significa crescer. O conhecimento que se expande se reverte em maiores chances de novas criações e novos encontros de idéias, das quais se engendram ainda novas alternativas de ser e de se comportar. Ai está a chave para a abertura, para a modificação. Aí está a chave para o reforço

¹⁸ Ibidem. p. 11.

¹⁹ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 1996. p.96.

da ética. A falta de instrução é, antes de tudo, privação da escolha e castração da acertada deliberação.”²⁰

Portanto, a educação cidadã é aquela que mediante o dialogismo, a incitação ao questionamento e ao reconhecimento do *outro*, possibilita ao educando uma visão crítica da realidade e a consciência de seu existir como agente de uma história contingente. Engloba também a percepção das formas sutis de dominação exercida através da pseudo-imparcialidade dos meios de comunicação de massa e discursos ideológicos, constantes no seio social sob a égide do mercado e da liberdade de escolha. Permite analisar a realidade despida de sua roupagem ideológica e escravista. Possibilita a transcendência do ser humano, o qual ao se libertar do cárcere da alienação, se rehumaniza.

Neste íterim, o projeto “A gente tem fome de quê: a agenda internacional em debate na escola pública”, o qual será descrito em seguida, constitui um meio de evidenciar a aplicabilidade das idéias acima defendidas.

O projeto “A gente tem fome de quê? A Nova Agenda Internacional em debate na escola pública”, desenvolvido durante o ano de 2004, através do Núcleo de Ensino da UNESP/PROGRAD, com o financiamento da FUNDUNESP, sob orientação de Elisabete Sanches Rocha e participação de Angélica de Araújo Oliveira, Artur Henrique Sacco, Fabrício Borges Carrijo e Isabella Lemos teve um impacto positivo no meio escolar, tanto entre professores, quanto entre alunos e funcionários, de modo que os resultados foram profícuos e refletiram a urgência e a prioridade de se atuar na sociedade, por um mundo mais justo e solidário, através da Educação.

Buscou-se, ao se realizarem as ações na escola pública, consonância entre a intervenção prática na sala de aula e as várias propostas da UNESCO, tais como as que estão contempladas na *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural e plano de ação*, na *Declaração de Cochabamba – Educação para Todos*, de 2001, e na *Declaração sobre Educação para Todos*, Dacar, de 2000. É importante lembrar que uma das premissas orientadoras das inúmeras ações da UNESCO, especificamente no que concerne à Educação para Todos e à Cultura da Paz, é a

²⁰ BITTAR, Eduardo C. B. *Ética, educação, cidadania e direitos humanos: estudos filosóficos entre cosmopolitismo e responsabilidade social*. Barueri, SP: Manole, 2004. p.78.

seguinte: “Se a guerra nasce na mente dos homens, é na mente dos homens que devem ser construídas as defesas da paz.”

Fez-se uma subdivisão destes assuntos em subtemas capazes de preencher quaisquer lacunas referentes às reflexões suscitadas em sala de aula. Eis os módulos e seus respectivos subtemas:

Módulo I – Desenvolvimento

Fome, violência, desarmamento e não-proliferação de armas, IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, Narcotráfico.

Módulo II – Meio ambiente

Cooperação tecnológica, petróleo, Amazônia, ONGs, Eco-92, Agenda 21, Armas Nucleares.

Módulo III – Relações de identidade/alteridade

Pluralidade Cultural, Relações de Poder e Discurso, Eu e Outro: uma análise psicossocial, Brasil e América Latina.

Módulo IV – Direitos Humanos

Direitos dos refugiados, mulheres, negros, índios, crianças, idosos e diferentes etnias.

A partir desta escolha temática, trabalhou-se com os alunos da segunda série do ensino médio da E.E. David Carneiro Ewbank, em Franca, durante o ano de 2004, em duas aulas semanais.

O desenvolvimento do projeto se sustentou na reflexão de temas como Globalização, Direitos Humanos, Desenvolvimento Sustentável, Ética e Estética, entre outros, que freqüentemente são tratados pelos meios de comunicação de massa prescindindo, no entanto, de uma análise mais aprofundada de seus possíveis significados e do impacto que provocam no cotidiano das pessoas comuns. Para uma análise mais sofisticada de diferentes tipos e gêneros de discursos, o grupo da UNESP orientou seu trabalho seguindo os estudos da Teoria de Análise do Discurso, de modo a tornar mais clara a fundamentação ideológica de alguns textos que se apresentam aparentemente ingênuos ou imparciais. A questão da parcialidade discursiva foi um dos assuntos recorrentes nos encontros, uma vez que era preciso desconstruir o conceito já cristalizado entre os alunos do CEDE segundo o qual o texto jornalístico seria plenamente objetivo e neutro. Outro dado importante tratado em sala de aula diz respeito ao sentido de um enunciado. Através de exemplos, falou-se muito sobre a assimetria do ato de enunciação. Conforme Maingueneau:

“[...] a pessoa que interpreta o enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações presentes no enunciado produzido, mas nada garante que o que ela reconstrói coincida com as representações do enunciador. Compreender um enunciado não é somente referir-se a uma gramática e a um dicionário, é mobilizar saberes muito diversos, fazer hipóteses, raciocinar, construindo um contexto que não é um dado preestabelecido e estável. A própria idéia de um enunciado que possua um sentido fixo fora de contexto torna-se insustentável.”²¹.

Outro importante objetivo do projeto foi trabalhar a questão da dialética identidade/alteridade; ou seja: como se dá o difícil reconhecimento do diferente e os preconceitos que isto envolve. Portanto, o próprio contato entre estudantes da Universidade Pública e estudantes do Ensino Médio público já configurou uma cena inaugural e demandou aprendizado mútuo. Este foi um dos resultados imediatamente analisados por todos os envolvidos, pois a maioria dos alunos da escola nunca havia mantido algum contato com a UNESP e, por sua vez, os graduandos conheciam a escola pública apenas de ouvir falar, pois sempre estudaram em escolas particulares; ou seja: havia, na visão de ambos, muitos estereótipos acerca da identidade alheia.

Foi possível debater exaustivamente estes assuntos, através de dinâmicas e de trabalhos em grupo. Pouco a pouco, os alunos foram perdendo o medo inicial de falar – e de “errar” na resposta ou na observação – e se construiu um espaço privilegiado de reflexão. O entendimento de que nenhum dos envolvidos naquele processo de ensino/aprendizagem detinha a verdade absoluta, o saber inquestionável, demorou alguns meses para ocorrer. Muitas vezes partiu-se de situações macro, como a então atual discussão sobre a proibição do uso dos véus pelas estudantes mulçumanas nas escolas francesas e, a partir daí, o debate evoluía permitindo um olhar para nossos próprios preconceitos e limitações num âmbito bem particular – no ambiente familiar, na escola, no bairro onde moramos. Esse exercício propiciou a oportunidade de se conscientizar sobre a responsabilidade que cada indivíduo assume na sociedade, na medida em que ele é um agente histórico. Em outras palavras, as relações internacionais revelam, muitas vezes, o que se passa nas relações interpessoais e cotidianas. Ao mesmo tempo, as

²¹ MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2004. p 20.

decisões pessoais ou de pequenos grupos têm suas conseqüências refletidas em episódios de maior alcance, em eventos chamados, por sua relevância, históricos.

No que se refere a este tema – os eventos históricos – importou salientar, em cada encontro com os estudantes, que a História não é composta exclusivamente por episódios épicos. Em outras palavras, é também do homem comum que podem e devem partir iniciativas capazes de transformar as condições de vida no planeta. Em vista disso, foi preciso refletir mais profundamente sobre a chamada revolução francesa da historiografia proposta por Peter Burke (1997), evidenciando que não só os grandes feitos de reis e militares podem e devem constituir a narrativa histórica.

CONCLUSÃO

O acesso à educação retira a população do senso comum, elevando-a ao bom senso, através do qual deixa a situação de subserviência aos estratos dominantes e passa a questionar as atitudes destes. Destarte, o indivíduo com senso crítico proporcionado pela educação tem ferramentas de proteção ao domínio ideológico exercido pela elite que muitas vezes utiliza-se dos meios de comunicação a fim de domesticar as massas a pensar de determinada forma, ou melhor, não pensar, apenas obedecer!

Se hoje há políticos corruptos sem compromisso com seus representados, foi necessário o voto destes para a eleição daqueles. Por qual motivo pessoas cujos currículos são marcados pela corrupção e abuso de poder continuam exercendo cargos públicos eletivos? Mediante à falta de informação, o povo, aprisionado pela alienação, é facilmente persuadido por promessas atrativas (que caem no esquecimento quando o candidato é eleito). Há ainda aqueles que, tendo em vista a pobreza da população, adquirem votos em troca da doação de cestas básicas e patrocínio de festas. Desse modo, forma-se um círculo vicioso criado pela (corrupção – política – falta de informação e senso crítico – voto) e a educação é o meio para rompê-lo e adquirir mudanças sociais. Isto se dá pois um povo consciente não se deixa afetar pelo veneno da demagogia. Possuidora de senso crítico, a população passa a exigir representantes realmente comprometidos com o bem estar do povo brasileiro.

Milhões de reais, que poderiam ser utilizados, por exemplo, para melhoria do sistema educacional, aumento do número de leitos nos hospitais públicos, aquisição de remédios, pesquisa, financiamento às pequenas empresas, criação de postos de trabalho, são desviados pela burocracia faminta da máquina estatal. A corrupção, um dos maiores problemas presentes no Brasil, é uma ferida que mantém o país em constante hemorragia. O bom funcionamento do corpo depende da harmonia entre seus elementos. Portanto, um corpo com contínua e exacerbada perda de sangue não exerce suas potencialidades, não se desenvolve, não cresce. O acesso à educação forma um escudo de proteção às inverdades proferidas por aqueles que almejam o poder como meio de atingir seus interesses particulares. Com isto, tais pessoas não chegariam ao poder, e reduzir-se-ia drasticamente os gastos decorrentes de atos ilícitos, e o Brasil tornar-se-ia saudável e capacitado a proporcionar melhorias na vida de seu povo.

Outra consequência da educação se dá no âmbito da participação dos indivíduos na sociedade. Este é atuante e reivindica direitos. Já a população alienada é tomada pelo descaso e comodismo, não se preocupando em engajar-se na luta por mudanças sociais. Segundo Paulo Freire, “A sociedade alienada não tem consciência de seu próprio existir”.²²

Desse modo, fica evidente o porquê do descaso com o qual a educação tem sido tratada no Brasil ao longo da história: não convém à minoria detentora do poder uma população a qual questiona as atitudes de seus pseudo-representantes, participa de manifestações exigindo mudanças, cobra o cumprimento da legislação vigente e exige um ordenamento jurídico o qual atenda aos anseios sociais, fiscaliza as ações do poder público, enfim, atua como cidadão. Manter a ignorância do povo é uma forma de dar continuidade ao domínio exercido pelo estrato detentor do capital. Com intuito de mascarar tal fato, este, no exercício do poder, constrói escolas. Nas estatísticas aparece o aumento do acesso da população à escola, e transmite-se a idéia de que o Estado está cumprido sua função. Esquece-se (propositadamente) que não basta a existência do esqueleto se não houver os órgãos que lhe dão vida.

Neste íterim, através do projeto “A gente tem fome de que: a agenda internacional em debate na escola pública” chegou-se à certeza de que o trabalho de conscientização dos jovens é um caminho possível e imprescindível para a

efetivação de uma mudança real no que diz respeito à atuação política, social e cultural no âmbito das relações intraestatais e internacionais. Sem que haja tal mobilização o presente e o futuro do Brasil se comprometem, pois o vácuo de idéias, principalmente entre os jovens, cria uma sociedade cada vez menos autônoma e inviabiliza a médio e longo prazos o surgimento de novas lideranças, empobrecendo os quadros político, cultural, educacional, econômico, científico, entre outras áreas estratégicas de um país.

Portanto, como escreveu Paulo Freire, a educação ao estimular a consciência reflexiva “consegue que o educando reflita sobre sua própria realidade. Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la”.²³

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. e DIMENSTEIN, G. *Fomos maus alunos*. Campinas: Papirus, 2003.
- ANDERSON, Perry. *As Origens da Pós- Modernidade*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar.1999
- BALESTRERI, Ricardo Brizolla. *O que é “educar para a cidadania”*. In: Apresentação.
- BARELLI, Suzana. In: *Revista Super Interessante* especial. Maio 2003.
- BITTAR, Eduardo C. B. *Ética, educação, cidadania e direitos humanos: estudos filosóficos entre cosmopolitismo e responsabilidade social*. Barueri, SP: Manole, 2004.
- BOFF, Leonardo. *Civilização Planetária*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- BOFF, Leonardo. *Depois de 500 anos: que Brasil queremos?* Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- COVRE, Maria de Lourdes Manzini de. *O que é cidadania?* São Paulo: Brasiliense, 1993.
- DEMO, Pedro. *Cidadania Menor: algumas indicações quantitativas de nossa pobreza política*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília: MEC/SE, 1997.
- BRECHT, B. *Teatro dialético*. Trad. de Luís Carlos Maciel. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- BURKE, P. *A escola dos Annales (1929-1989)*. A revolução francesa da historiografia. Trad. de Nilo Odalia. São Paulo: Edunesp, 1997.

²² FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 35.

²³ Ibid.p.30.

CASTELLS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. O poder da identidade. Trad. de Klauss Brandini Gerhardt. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 35. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 26.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, B. de S. (Org.). *Reconhecer para libertar*. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1998.

UNESCOBRASIL. *Histórico e mandato*. Disponível em <http://www.unesco.org.br/unesco/nomundo/historico/index_html/mostra_documento> Acesso em 06 de dez. 2004.